

RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.774 - RS (2019/0157861-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROCURADOR : **CLÓVIS SÁ BRITO PINGRET E OUTRO(S)** - RS010257
RECORRIDO : **MARIA CRISTINA CARVALHO DE LIMA - ESPÓLIO**
REPR. POR : **IRAN SANTOS DE LIMA - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **PAULO ROBERTO ALMEIDA DA SILVA** - RS027631
 FABIANA MARIA GUARNIERI E OUTRO(S) - RS0066643

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Extrai-se dos autos que o ESPÓLIO DE MARIA CRISTINA CARVALHO DE LIMA, nos autos do pedido de cumprimento de sentença que move em desfavor da parte ora recorrente, interpôs agravo de instrumento contra decisão do Juízo de 1º Grau que extinguiu a execução em face do acolhimento da prejudicial de prescrição.

O Tribunal de origem não conheceu do agravo de instrumento nos termos do acórdão assim ementado (fl. 165):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. POLÍTICA SALARIAL. DECISÃO QUE EXTINGUIU O PROCESSO PELO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. DECISÃO ATACÁVEL VIA APELAÇÃO. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE INAPLICÁVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Inconformada, a parte recorrida interpôs aclaratórios, os quais foram parcialmente acolhidos, com efeitos infringentes, nos termos da ementa que se segue (fl. 209):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA EXTINTIVA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO.

- *Hipótese em que não houve o devido enfrentamento da quaestio, olvidando-se o magistrado de apreciar o contexto peculiar dos autos – questões, outrossim, de fato e direito.*
- *Notou-se, ainda, aplicação de orientação própria de precedente, sem demonstrar que o caso sub judice se ajustou integralmente aos fundamentos do paradigma.*
- *Originou-se, assim, ofensa ao art. 489 do CPC, II, e § 1º, incisos IV e V da mesma norma.*
- *Impõe-se, pois, admitir a omissão dos aclaratórios de forma a, ao acolhimento da arguição de matéria de ordem pública, anular a decisão extintiva, vez que deficitária a sua fundamentação.*

POR MAIORIA, ACOLHERAM PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, COM EFEITOS INFRINGENTES, PARA, NO MÉRITO, DESCONSTITUIR A SENTENÇA EXTINTIVA.

Opostos novos embargos de declaração, pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, foram eles rejeitados (fls. 255/264).

Sustenta a parte recorrente, em preliminar, violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que ,malgrado a oposição dos embargos declaratórios (fl. 291):

[...] restou intocada a matéria preliminar acerca da inadequação da via recursal eleita tal como sustentado, bem como sufragado pelo voto minoritário do Relator, Des. RICARDO PIPPI SCHMIDT, proferido nos Embargos de Declaração nº 0199993- 87.2018.8.21.7000, sobre a qual não se pronunciou o órgão julgador, ainda que expressamente provocado; cumpre salientar, pois, o mau trato aos princípios constitucionais do acesso ao Judiciário e da ampla defesa, considerada a explicitação contida no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal, sendo, portanto, necessário concluir sobre a existência de vício que desaguará na declaração de nulidade do acórdão tido como omissor.

No mérito, aponta contrariedade aos arts. 203, 316, 932, III, e 1.009 do CPC/2015, asseverando a inadequação do agravo de instrumento para impugnar a decisão de 1º Grau que extinguiu a execução, uma vez que o recurso correto seria o de apelação.

De outro lado, alega que, diante da impossibilidade de conhecimento do

agravo de instrumento, não poderia o Tribunal de origem ter adentrado no exame do mérito da controvérsia, mesmo em se tratando de matéria de ordem pública, uma vez que (fls. 295/296):

[...] o conhecimento da matéria está condicionada, consoante consignado pelo voto vencido, que o manejo do recurso correto constitui requisito de admissibilidade da inconformidade recursal, isto é, que o recurso seja o cabível para impugnar o ato jurisdicional que causa sucumbência à Parte Recorrente, o que afasta o conhecimento do mérito recursal quando a inconformidade não preenche os requisitos imprescindíveis, e, previamente demonstrados, a viabilizar o exame do mérito, assim, verbi gratia, a tempestividade, a adequação, o preparo, etc.

Outrossim, cabe enaltecer que há momento próprio para a arguição das matérias de ordem pública, bem como a adequada utilização do princípio da ampla defesa e dos recursos a ela inerentes, o que não vem ocorrendo por parte da Embargada, que, consoante atento exame dos autos eletrônicos, a despeito de ter tido vista a impugnação apresentada pelo Embargante (protocolada em 15/07/2016, fls. 72/74 do processo físico, e, 135/137, do eletrônico), apenas concordou com o cálculo (fls. 75 do processo físico, e, 17, do eletrônico), sem tecer qualquer consideração sobre a prescrição, e, em momento algum, acerca da alegada menoridade somente deduzida nas razões do recurso inadequamente interposto, cujo conhecimento fica condicionado, por força da lei processual, aos requisitos antes mencionados, sob pena de inviabilizar os princípios constitucionais da segurança jurídica e da razoável duração do processo.

Assim, é na primeira oportunidade que cabe à Parte alegar o que constitui matéria de ordem pública, sob pena de não oportunizar ao outro contendor a ampla defesa, renovando, sem sede recursal imprópria, matéria que já estaria, inclusive, preclusa; no mais, ainda que dedutível em qualquer grau de jurisdição, deve ser na primeira oportunidade em que comparece no feito e de acordo com os meios legalmente estabelecidos a tal desiderato, no caso, o recurso cabível; demais disso, ainda que se tratasse de matéria cognoscível de ofício, na dicção do art. 487, II, do CPC, no caso dos autos houve a devida arguição a quem a aproveitava, ou seja, ao Ente Devedor, não sendo necessária a sua suscitação de ofício pelo Julgador, já que validamente suscitada por quem de

Direito, sendo que a Parte Credora quedou-se inerte em impugnar o tema, somente agora em discussão, sendo insuperável a preclusão da questão.

A parte recorrente também aduz a existência de dissídio jurisprudencial.

Por fim, requer o provimento do recurso especial, "*reformando-se, na íntegra, a decisão proferida pelo Tribunal de origem, a fim de que seja reconhecida a preclusão da pretensão de fixação dos honorários advocatícios de execução*" (fl. 307).

Contrarrazões às fls. 328/341.

Recurso admitido na origem (fls. 346/350).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se, inicialmente, que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Com efeito, no julgamento do agravo de instrumento, o Tribunal de origem expressamente deixou de conhecê-lo (fls. 165/171), sendo certo que tal entendimento foi posteriormente confirmado quando do julgamento dos embargos declaratórios opostos pela parte ora recorrida, oportunidade em que a Corte de origem entendeu pela nulidade da decisão agravada em face do acolhimento de tese vinculada à matéria de ordem pública.

A propósito, confira-se o seguinte trecho do voto condutor do referido acórdão, *in verbis* (fls. 215/223):

Com a devida vênia, ousou divergir em parte do voto do Eminentíssimo Relator.

Embora, com efeito, compartilhe do entendimento de que houve erro grosseiro na espécie, sendo, deste modo, descabido o recurso de agravo de instrumento manejado pela parte autora diante da inequívoca extinção do feito (decisão terminativa clara), reconheço, de outro lado, imperiosa a apreciação da arguição de matéria de ordem pública. Ainda que o recurso não seja conhecido, registre-se que não denoto óbice à apreciação, já que, se não verificável por provocação da parte, o é ex

officio. Esta Colenda Câmara já entendeu em sentido semelhante, inclusive:

[...]

Tocante à possibilidade de apreciação de questão de ordem pública independentemente do não conhecimento do recurso que a aventou, colaciono precedente do Superior Tribunal de Justiça que já avalizou orientação similar:

[...]

A oposição nos presentes embargos, tocante à omissão no acórdão atacado em virtude de não apreciação de matéria de ordem pública aventada no feito, destarte, desafia devida apreciação.

[...]

Verifica-se, destarte, que o decisio aplicou orientação respaldada por tese oriunda de julgamento de recurso representativo de controvérsia, Tema nº 880 do STJ, consignando, para tanto – na análise do enquadramento à hipótese modelo – apenas o momento do trânsito em julgado da sentença e a data em que proposto o cumprimento desta.

Restaram ignoradas, portanto, as circunstâncias supra narradas e que destoam, com efeito, da aplicabilidade da tese jurídica, visto que esta se atém ao contexto ordinário de atraso na juntada de documentação a cargo do devedor, para fins de elaboração do cálculo exequendo.

Percebeu-se, pois, do raciocínio adotado pelo juízo a quo, que não houve, com efeito, menção alguma às peculiaridades supra aventadas, limitando-se o juiz a reconhecer o caso sub judice como

equivalente ao do paradigma, à justificativa, somente, do lapso decorrido entre os dois marcos referidos.

Neste contexto, invoca-se, por oportuno, a orientação posta pelo art. 489 do CPC, quando se trata dos elementos essenciais à sentença, e da necessária fundamentação desta (§1º, incisos IV e V do mesmo dispositivo). Colacionam-se:

[...]

Neste passo, o acolhimento genérico do pleito do devedor, com a extinção do feito por prescrição - ao enquadramento da espécie na tese jurídica referida – no modo como realizado pela origem, terminou por inquirar de vício o decisio.

É que não houve, nesta baila, o devido enfrentamento da quaestio, olvidando-se o magistrado de apreciar o contexto peculiar dos autos – questões, outrossim, de fato e direito. Notou-se, ainda, aplicação de orientação própria de precedente, sem demonstrar que o caso sub judice se ajustou integralmente aos fundamentos do paradigma. Originou-se, assim, ofensa ao

art. 489 do CPC, II, e § 1º, incisos IV e V da mesma norma.

Impõe-se, pois, admitir a omissão dos aclaratórios de forma a, ao acolhimento da arguição de matéria de ordem pública, anular a decisão extintiva, vez que deficitária a sua fundamentação. Nesta baila são os precedentes desta Corte, vejamos:

[...]

Ressalve-se, neste norte, que não vai, de modo excepcional, aplicado o art. 1.013, §3º, IV do CPC, por se observar que o processo não se encontra em ideais condições de imediato julgamento. Registre-se que faltam elementos em torno do debate acerca da prescrição nos autos (v.g., a defesa dos autores à impugnação estatal na origem), bem como, documentação pertinente às circunstâncias – v.g., eventual despacho de suspensão do processo em sede de habilitação, o que, dependendo do seu teor, pode influenciar, a toda evidência, na pretensão executória dos demais autores.

Voto, por fim, pelo parcial acolhimento dos embargos de declaração, com efeitos infringentes, a fim de sanar omissão, para:

- Acolher arguição de matéria pública no feito e reconhecer, ex officio, ofensa ao art. 489, II, e § 1º, incisos IV e V, do CPC no decisio extintivo. Determine-se, para tanto, a desconstituição da sentença extintiva, oportunizando-se ao juízo a quo a reapreciação da impugnação do devedor, de modo a não ignorar as peculiaridades supra referidas da espécie.

Outrossim, confira-se ainda o seguinte trecho do voto condutor que julgou os segundos embargos declaratórios (fls. 259/260):

Não tem razão de ser a oposição, vez que houve o devido enfrentamento, de forma inteligível, do pleito recursal.

Isso porque as questões de ordem pública são aquelas cujo interesse público envolvido é elevado a ponto de justificar uma intervenção corretiva do juiz, em nome da boa administração da justiça.

De outro lado, reconhece-se a importância do contraditório e ampla defesa igualmente na seara da matéria de ordem pública. Se assim não fosse, não haveria especial destaque dado pelo novel ordenamento processual civil do que se vê do teor do seu art. 10 – evitando as decisões surpresas, inclusive, em quaestio desta natureza – a que se deva decidir de ofício. De qualquer sorte, no presente caso, se oportunizou a devida intimação do ora embargante para responder ao incidente, considerando que

a matéria, em que pese pudesse ser cognoscível apenas de ofício, constou como alegação da então embargante, parte autora.

Inútil se faz, assim, pretender adentrar à discussão acerca do momento de arguir matéria de ordem pública se mesmo o ordenamento processual civil vigente possibilita a apreciação de ofício das suas hipóteses (v.g., art. 485, §3º), e, sobretudo, da prescrição (art. 487, II 3).

Ora, e, por certo, se é constatável de ofício, não há que falar em necessária arguição oportuna pela parte.

Destarte, não procede a tese de ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015.

Quanto ao mérito, deixou a parte recorrente de demonstrar, de forma clara, precisa e congruente, em que consistiria a alegada afronta aos arts. 203 e 316 do CPC/2015, razão pela qual, nesse ponto, incide na espécie a Súmula 284/STF, aplicada por analogia.

Por sua vez, também não há falar e contrariedade aos arts. 932, III, e 1.009 do CPC/2015, haja vista que, consoante se extrai dos acórdãos recorridos, o Tribunal de origem efetivamente não conheceu do agravo de instrumento interposto pela parte recorrida.

De outro lado, no que tange à questão de poder ou não a Corte de origem, malgrado o não conhecimento do agravo de instrumento, adentrar no exame de questões de ordem pública, deixou a parte recorrente de apontar o dispositivo de lei federal supostamente contrariado, ou, ainda, acerca do qual teria ocorrido dissídio pretoriano, motivo pelo qual novamente se aplica à espécie a Súmula 284/STF.

ANTE O EXPOSTO, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator